Revista Diversidade e Educação

FANZINE COMO SUPORTE DE AUTORIAS FEMINISTAS: DOCÊNCIAS LÉSBICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO

LOS FANZINES COMO APOYO A LA AUTORÍA FEMINISTA: LA ENSEÑANZA LESBIANA EM LOS ESTUDIOS DE POSGRADO

FANZINES AS A SUPPORT FOR FEMINIST AUTHORSHIP: LESBIAN TEACHING IN POSTGRADUATE STUDIES

Cláudia Lahni[1]
Stéfany Vitores[2]
Carolina Cadinelli[3]
Daniela Auad[4]

RESUMO
Este artigo apresenta reflexões sobre docência lésbica e ações em aula de pós-graduação como a produção de fanzines, elaborados enquanto exercício do direito à comunicação, em perspectivas feminista e lésbica. Fazemos isso a partir do relato de experiência de oficina de fanzine realizada como encerramento de disciplina da Pós-graduação. Buscamos aprofundar as discussões interdisciplinares pautadas na disciplina, ao registrar processos de autoria de mulheres feministas, lésbicas e bissexuais, enquanto forma de expressão que contempla suas individualidades e os locais que ocupam na sociedade. Nossa busca é destacar a docência lésbica como norteadora desse percurso, uma vez que identificamos nessa imbricação de identidades – docente e lésbica – diversos saberes lésbicos como estratégias de resistência docente, bem como, a partir de nossos saberes docentes, asseguramos direitos para nós e alunes, estes que se encontram ainda mais vulneráveis, sobretudo quando fazem parte da população LGBTQIA+.

[1] Doutora em Ciências da Comunicação (USP), Professora do Programa de Pós-Graduação Estudos da Condição Humana (PPGECH), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba (SP), Brasil
[2] Mestra em Educação (PPGEd-UFSCar), Sorocaba (SP), Brasil
[3] Mestranda (PPGECH-UFSCar), Sorocaba (SP), Brasil
[4] Doutora em Educação (USP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd-So), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba (SP), Brasil

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos. Educação. Comunicação. Ensino Superior.

RESUMEN
Este artículo presenta reflexiones sobre la docencia y las acciones lesbianas en clases de posgrado, como la producción de fanzines, creadas como ejercicio del derecho a la comunicación, desde perspectivas feministas y lesbianas. Nos basamos en el informe de experiencia de un taller de fanzines realizado como evento de cierre de un curso de posgrado. Buscamos profundizar en los debates interdisciplinarios del curso, registrando los procesos de autoría de mujeres feministas, lesbianas y bisexuales, como una forma de expresión que contempla sus individualidades y los lugares que ocupan en la sociedad. Nuestro objetivo es destacar la enseñanza lésbica como principio rector en este camino, ya que identificamos en este entrelazamiento de identidades —docente y lesbiana— diversos saberes lésbicos como estrategias de resistencia docente, así como, a partir de nuestro conocimiento docente, la garantía de derechos para nosotras mismas y para el alumnado, que es aún más vulnerable, especialmente cuando forma parte de la población LGBTQIA+.
PALABRAS CLAVE: Feminismos. Educación. Comunicación. Educación Superior.

ABSTRACT
This article presents reflections on lesbian teaching and actions in graduate classes, such as the production of fanzines, created as an exercise of the right to communication, from feminist and lesbian perspectives. We do this based on the experience report of a fanzine workshop held as the closing event of a graduate course. We seek to deepen the interdisciplinary discussions based on the course, by recording the authorship processes of feminist, lesbian, and bisexual women, as a form of expression that contemplates their individualities and the places they occupy in society. Our aim is to highlight lesbian teaching as a guiding principle in this journey, since we identify in this interweaving of identities – teacher and lesbian – various lesbian knowledges as strategies of teacher resistance, as well as, based on our teacher knowledge, ensuring rights for ourselves and students, who are even more vulnerable, especially when they are part of the LGBTQIA+ population.
KEYWORDS: Feminisms. Education. Communication. Higher Education.

***

> *A condição de ser docente de um dado lugar, de um curso, inserida numa determinada cultura profissional, num tempo determinado, sendo mulher, lésbica, feminista, negra influencia, portanto, o contexto do exercício da profissão. A professoralidade que se compõe desses elementos todos – e se faz docência em ação e em movimento – é constituída por todas essas identidades de raça, gênero, orientação sexual e militância, tanto quanto outros elementos já reconhecidos tradicionalmente seja pelo campo da Didática seja pelo campo dos estudos sobre profissão docente. As professoralidades, assim, são também historicamente marcadas pelas múltiplas identidades da*

> *maioria de mulheres que estão presentes na docência, ponto este de vínculo com os estudos feministas, lésbicos e que contemplam a categoria gênero. (Camila Roseno e Daniela Auad, 2021)*

Introdução

A mídia, compreendida como espaço público e político de disputa, pode ser vista "como responsável por mediações sociais, como reguladora da relação do indivíduo com o mundo e com seus pares e, desta maneira, como agência socializadora" (Daniela Auad; Cláudia Lahni, 2013). Elas veiculam o que é considerado aceitável ou repudiável em suas narrativas e silêncios. Por vezes, os silêncios são ensurdecedores; por meio deles, nega-se a existência de minorias sociais como sujeitos de direito. Em movimento de luta por uma sociedade mais justa, então, é que falamos em democratização e direito à comunicação. Isso é fundamental para as mulheres, especialmente, lésbicas e bissexuais.

O direito à comunicação diz respeito à construção de diálogos horizontais também por meio das mídias. Exercendo-o, contribuímos para a construção de um contexto social cada vez mais democrático, em que todas as pessoas e grupos sociais poderiam se ver representados neste espaço de forma igualitária — o que não é a realidade hoje; ainda que vivamos sob um regime político democrático, esta democracia frequentemente não se expressa. Apesar do longo processo de disputa por espaço nesse meio, as mídias tradicionais de grande alcance — TV, Rádio, Cinema — permanecem tendo a normativa homem-branco-cis-hétero como referencial primário; e a internet, por sua vez, também se alinha a essa normativa, visto que os algoritmos operam de acordo com os padrões discriminatórios vigentes em nossa sociedade (Laura Schertel Mendes; Marcela Mattiuzzo, 2019).

Há, então, também, de se encontrar outros locais possíveis onde pessoas como nós – mulheres, feministas, bissexuais e lésbicas –, entre tantas outras que "desviam" da norma, possam exercer seu direito. Uma dessas possibilidades é a produção de fanzines: publicações independentes com tiragens pequenas que não se preocupam com lucratividade; suas editoras são as únicas responsáveis pela produção e distribuição, que geralmente ocorre em eventos presenciais ou via postal (Michelle Camargo, 2011). Tal definição evidencia o caráter democrático desse tipo de comunicação, que foi (e é) muito explorado pelos movimentos sociais populares – entre eles, o movimento feminista.

Partindo dessa percepção, concebemos uma oficina de produção de fanzines[5] como encerramento ideal para o primeiro ciclo do projeto Mulheres Públicas, Mulheres Que Publicam (UFSCar) – coordenado pela professora Daniela Auad –, que ocorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2024, abordando temas como escrevivências, políticas de citação e escrita criativa, o qual foi parte da disciplina de pós-graduação Educação, Comunicação e Feminismos. Considerando que o principal objetivo do projeto é empoderar mulheres no campo da escrita, entendemos que o fanzine, por seu caráter independente e quase individual, é uma ferramenta potente, uma vez que coloca sua produtora na posição de acessar e experimentar todas as etapas necessárias para o processo de produção editorial daquele material — autoria e criação, edição, revisão, diagramação, entre outros. A oficina ocorreu em 12 de dezembro de 2024 e contou com 13 participantes – entre elas, autoras do presente artigo, com Stéfany Vitores na posição de mediadora.

Esse artigo se estrutura metodologicamente como um relato de experiência a partir da disciplina eletiva Educação, Comunicação e Feminismos, do Programa de Pós-Graduação Estudos da Condição Humana (PPGECH) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus Sorocaba, programa que é interdisciplinar. A disciplina foi construída a partir de referenciais das áreas da Educação e da Comunicação entrelaçadas pelas epistemologias e militâncias feministas. É importante destacar que a disciplina foi elaboradora e é oferecida pelas docentes lésbicas Cláudia Lahni e Daniela Auad, que buscam e realizam atuação conjunta, muitas vezes, em pesquisa, docência e extensão – além das outras searas da vida. Em 2026, inauguramos um novo formato da disciplina, que passou a ser parte integrante de dois programas de pós-graduação da UFSCar, identificada pela extensão DIP (Disciplina Inter Programas), o PPGECH e o PPGEd (Programa de Pós-Graduação em Educação). A experiência aqui refletida conta, portanto, com a vivência de duas docentes titulares no Sistema Federal de Ensino Superior, ambas

[5] As imagens dos fanzines não são trazidos no corpo deste texto por variados motivos, dentre os quais destacamos três: 1) importa-nos, no presente artigo, focalizar o processo mais amplo nos quais eles foram produzidos; 2) ao priorizar o processo, não conduzimos à exposição, e possível avaliação, dos fanzines, uma vez que suas imagens não expressam necessariamente o resultado do processo analisado; 3) as autoras dos fanzines, participantes da oficina, não previam, e portanto não autorizaram, a divulgação dos seus fanzines em quaisquer tipos de publicação, seja em meio digital ou impresso, em razão disso, preferimos não utilizar as imagens digitalizadas, que são mantidas nos arquivos do nosso Grupo de Pesquisa, o Educação, Comunicação e Feminismos, o Flores.

militantes, pesquisadoras e lésbicas, bem como de uma mestra, Stéfany Vitores (PPGEd), e uma aluna de mestrado, Carolina Cadinelli (PPGECH), ambas bissexuais, orientadas pelas docentes acima citadas, nos dois programas de pós dos quais fazem parte. As docentes concebem, analisam, vivem e teorizam, de modo orgânico, experiências múltiplas e diversas acerca das maneiras como **as lesbianidades estão presentes nas construções do que pode ser denominado como anatomia docente, sendo tal anatomia como a corporificação dos nossos anseios militantes e das teorias sobre as quais fundamentamos nossas certezas; as teorias a partir das quais propomos nossos melhores questionamentos e mantemos a motivação dos nossos projetos, subjetividades, identidades e gestos.** E aqui utilizamos o texto imediatamente anterior em destaque, pois se trata de um fio condutor que interliga nossos constructos teóricos e nossas práticas pedagógicas, nossos saberes acadêmicos e nossos conhecimentos militantes, nossos desejos e, a partir deles, nossas ações.

Em 2024 (e em 2026), a disciplina contou com vínculo do Projeto de Extensão Mulheres Públicas Mulheres Que Publicam[6], o qual propõe, como o nome sugere, debates sobre a autoria feminina, o exercício da escrita por mulheres, o direito à comunicação e a democratização das publicações. Os relatos e reflexões abordados no âmbito deste texto partem desta interdisciplinaridade, presentes na disciplina e no projeto de extensão supracitado, o qual conta também com a participação de integrantes do Grupo de Pesquisa Flores Raras – Educação, Comunicação e Feminismos[7] (CNPQ), que participaram da elaboração, construção e realização dos encontros.

Tendo como base a docência lésbica, a reflexão, aqui apresentada, pode ser definida em termos de natureza metodológica como uma revisão bibliográfica acerca de aspectos da produção de fanzines (também chamados de zines) feministas, em suas possibilidades e definições; assim como das discussões sobre direito à comunicação e autoria feminista.

As compreensões acerca dos saberes construídos por docentes lésbicas descritos neste artigo foram tecidas por Daniela Auad, Cláudia Lahni e Camila Roseno (2022) no

[6] Em 2025, o Projeto de Extensão Mulheres Públicas Mulheres Que Publicam (MPMQP) foi vinculado ao Observatório Mulheres (OM) da UFSCar (https://www.observatoriomulheres.UFSCar.br/). A professora Daniela Auad, coordenadora do MPMQP, também coordena o Eixo Feminismos e Mulheridades na Universidade que integra o OM. Os encontros online do MPMQP, de 2025 e 2026, estão no canal do Observatório no youtube, com acesso gratuito: https://www.youtube.com/@ObservatorioMulheresUFSCar

[7] Mais informações do Grupo vem em https://www.instagram.com/elasfloresraras/

livro *Saberes docentes fora do armário*, obra que entrelaça pesquisas de significativas contribuições sobre a temática. Nele, as autoras citam o texto de Audre Lorde (2020) *A poeta como professora – a humana como poeta – a professora como humana*, onde se compreende a indissociabilidade da docência e dos atravessamentos que constituem a existência da docente, no que diz respeito ao que lhe causa revolta, como vive, sente, deseja e se mobiliza. Ainda segundo a autora, comete uma injustiça a docente que não leva integralmente a si mesma para o exercício da docência.

A fundamentação teórica que alicerça a discussão no interior deste texto foi construída a partir de referenciais feministas, dos estudos sobre fanzines e do direito à comunicação feminista, principalmente. Escrevemos na primeira pessoa do plural, demarcando a coletividade feminista construída no interior do nosso grupo de pesquisa compartilhada entre as autoras deste artigo, assim como uma forma de romper com a tradição científica hegemônica, que buscamos subverter a partir de autoras feministas, como Sondra Farganis (1997), que tecem críticas a este saber posto.

Gloria Anzaldúa (2000) concebe o processo de escrita como uma necessidade de vida, de expressão de si e da revolta inerente aos corpos marginalizados. Englobados por esse pensamento, os zines podem ser considerados veículo gráfico para expressão e militância feminista, feitos por e para mulheres, evidenciando a necessidade de construção de redes femininas como ferramenta de acolhimento e fortalecimento entre mulheres – o que Adrienne Rich (2010) vai chamar de continuum lésbico –, uma possibilidade de sobrevivência frente às dores que o patriarcado nos inflige. Ampliando essa percepção, Camila Olivia-Melo e Gabriela Cleveston Gelain (2018) compreendem que os zines são também uma ferramenta de enfrentamento às violências cotidianas, possibilidades de resistência e de transformação da realidade a partir da escrita.

A pesquisa participante serviu de inspiração para a elaboração da oficina de encerramento da disciplina, sobretudo pela compreensão de centralidade da prática enquanto processo de construção de conhecimento, sendo entendida como expressão vivencial e alicerce epistemológico. Destaca-se a relação entre razão e conhecimento, e a crítica à ciência eurocêntrica que desconsidera outras possibilidades epistemológicas, principalmente aquelas elaboradas por grupos marginalizados e subalternizados. Essa é uma perspectiva que não exclui a possibilidade de sentimento e afetividade na pesquisa

científica (Orlando Fals Borda, 1970, p.130) e que é corroborada pela teoria crítica feminista proposta por Alison Jaggar (1997), que estabelece que a produção de conhecimento não pode ser apartada da afetividade. A subjetividade das pesquisadoras está derramada sobre o seu fazer científico, pois não há possibilidade de ciência neutra, os saberes são sempre localizados a partir de onde – e do corpo que – são produzidos (Donna Haraway, 1995).

Nesse sentido, as lesbianidades e as possibilidades do continuum são base fértil para novas propostas teóricas e de docência, assim como o exercício de tais teorias, nas práticas docentes em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo o Ensino Superior e as Pós-Graduações.

Educação e Comunicação como territórios de direitos das mulheres

Se a mídia hegemônica é representada pelos interesses de homens, brancos, cis-héteros e privilegiados economicamente, há a necessidade de mulheres encontrarem frestas por onde seja possível o exercício do direito à comunicação. Ana Carolina Escosteguy (2019) destaca como as mulheres se apropriaram da Comunicação como ferramenta de ação política e militância: "o movimento feminista, desde seu início, tratou de compreender o uso da mídia como mecanismo de ação política" (Ana Carolina Escosteguy, 2019, p.17).

Segundo Karina Woitowicz (2012), a imprensa alternativa foi também uma ferramenta de educação do movimento feminista; uma forma de democratizar acesso a debates e pautas emergentes nas lutas feministas, como por exemplo se teve com o jornal Mulherio. Na década de 1980, um grupo de mulheres feministas pesquisadoras e jornalistas – entre elas Adélia Borges, Maria Amélia de Almeida Teles, Inês Castilho e Lélia González –passaram a compor pela Fundação Carlos Chagas a equipe do jornal Mulherio, que propunha o debate e divulgação de pautas que atravessavam a experiência de ser mulher naquele período. O Mulherio denunciava a condição feminina na época, a partir da escrita de pesquisadoras e jornalistas.

A militância feminista, portanto, entende a importância e busca exercer o direito à comunicação. Karina Woitowicz (2019) discute a importância da apropriação de

tecnologias digitais para o exercício do direito à comunicação por mulheres. Em consonância com Escosteguy (2019), reconhece a importância das mídias digitais na veiculação de ações políticas feministas que não se restringem ao ambiente virtual, mas que suas mensagens possuem potencial de criação de outras realidades possíveis.

> Apropriar-se da mídia a partir de uma perspectiva voltada às demandas das mulheres representa a possibilidade de produção de discursos capazes de interferir na realidade. As práticas de comunicação se configuram, assim, como expressões de resistência que, ao produzirem outras subjetividades e projetarem projetos políticos coletivos, aproximam o ideal de transformação das desigualdades de gênero ao terreno das práticas cotidianas (Karina Woitowicz, 2019, p. 67).

Ressalta-se a importância de problematizar o acesso às mídias digitais pelas camadas mais desfavorecidas da população, que podem se encontrar excluídas dos debates que reverberam somente nos espaços virtuais, acirrando ainda mais as desigualdades de acesso e do direito à comunicação.

O jornalismo independente feminista também se fortaleceu com os espaços digitais:

> Embora a forma de praticar jornalismo e o movimento feminista tenham se modificado com o tempo, tanto o jornalismo quanto o feminismo têm como princípio estruturante a análise crítica da realidade em cada momento histórico, tendo como deveres evidenciar as desigualdades existentes e buscar transformações na sociedade (Fernanda Silveira, 2024, p. 59).

Mariana Reis (2017) define o jornalismo independente como aquele realizado à margem das grandes empresas de comunicação, caracterizando-se por ser um espaço mais diverso e engajado politicamente devido à liberdade nas escolhas de pautas e abordagens dos temas. É frequentemente associado à disseminação de informações e reflexões que promovem consciência crítica, cidadania e emancipação, em contraposição aos discursos dominantes disseminados pelas mídias hegemônicas, que, via de regra, reforçam valores patriarcais.

A imprensa feminista independente pode ser considerada como aquela que possui engajamento político na transformação social e superação das desigualdades de gênero, combatendo a opressão patriarcal contra as mulheres por meio de suas publicações. Essas produções e sua veiculação são associadas à imprensa alternativa. São exemplos de

mídias feministas independentes: *AzMina*, *ThinkOlga*, *Cientista que Virou Mãe*, *Gênero e Número*, *Lado M*, *Nós, mulheres da periferia* e *Catarinas* (Silveira, 2019).

Com o surgimento das redes sociais, a internet tornou-se um lugar ainda mais importante para a difusão da ação política e de militância feminista por meio da comunicação independente. As redes sociais são espaços, por vezes, contraditórios, porém com inegável potencial de disseminação de pautas e discussões construídas no interior dos movimentos sociais populares, o que se deve a alguns aspectos específicos de funcionamento das plataformas. Entre eles, podemos listar: a facilidade de acesso, uma vez que as redes sociais, em sua maioria, podem ser acessadas de qualquer dispositivo com acesso à internet, de qualquer lugar, a qualquer momento; a permanência dos conteúdos, que eliminam o fator cronológico que limita o acesso[8]; o poder concedido a cada usuário de criar e compartilhar conteúdos de forma ilimitada, podendo lançar mão de estratégias de manipulação do algoritmo para que sua mensagem chegue a mais pessoas; e a alta aderência da população brasileira a elas, que aumenta sensivelmente o público com possibilidade de acesso a este conteúdo[9].

Isto posto, entendemos, em consonância com Ana Carolina Escosteguy (2019), que as redes sociais são espaços múltiplos que propiciam a possibilidade de construção de contra narrativas, representações e desestigmatização de minorias sociais dentro dos movimentos feministas e LBTQIA+ (lésbicas, bissexuais, transgêneros, queers, intersexos, assexuais e outros grupos):

> Hoje, inúmeras experiências de ativismo, sejam individuais ou grupais, usam a internet para minar representações e estereótipos correntes na mídia mainstream sobre as mulheres e, também, sobre identidades LGBTs. Há também grupos, constituídos off-line, que utilizam o ciberespaço para disseminar suas posições e obter apoio para as causas feministas e LGBTs. Todas essas práticas de comunicação ao mesmo tempo em que produzem uma diversidade de narrativas que se

[8] Em contraponto à TV e à Rádio, cujos conteúdos são diretamente atrelados aos horários de transmissão.

[9] Em 2025, a população estimada do Brasil era de 213,4 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE. Neste mesmo ano, foi registrada a existência de 146,1 milhões de perfis brasileiros no Instagram - segunda rede social mais utilizada no Brasil -, o que corresponderia a aproximadamente 68% da população. Sabemos que, com frequência, um indivíduo possui mais de uma conta na plataforma; além disso, dados de agências como o Ibope apontam que mídias como a TV aberta ainda predominam quando consideramos o percentual da população com acesso. Contudo, compreendendo que o alcance das mídias alternativas antes das redes sociais era, muitas vezes, limitado por questões geográficas e de acesso restrito a dispositivos digitais específicos, é possível dizer que o acesso a conteúdos foi potencializado sensivelmente pelas redes sociais.

> contrapõem aos valores dominantes e a representações estereotipadas, fortalecem a difusão de múltiplas vozes, num cenário político e midiático conservador, sobretudo, após as eleições presidenciais de 2018 (Escosteguy, 2019, p. 17).

A representação feminina nas mídias é abordada em diversos debates. No que concerne à representatividade na publicidade, a ONU Mulheres (2023) desenvolveu a pesquisa *Representa*, que busca problematizar a representatividade feminina, levando em consideração raça e orientação sexual, em campanhas publicitárias. Por meio dela, fica evidente que as minorias sociais seguem subrepresentadas ou representadas através de imagens estigmatizadas negativas e persistentes.

A representatividade é ainda atravessada pela distância entre as mulheres reais e a representação feminina construída ideologicamente pelo patriarcado através das mídias. Neste sentido, Ana Carolina Escosteguy (2019) relembra a importância das pesquisas de Dulcília Buitoni, em *Mulher de papel* (1981). Nesta obra, a pesquisadora analisa representações femininas na imprensa brasileira entre os anos de 1880 e 1970 e demonstra que os papéis de gênero tradicionais são reforçados por elas, a partir da imposição de pressões estéticas e comportamentos esperados do padrão hegemônico de mulher tido como desejável naquele momento.

Em contextos mais recentes, o cenário não é muito diferente do relatado por Buitoni (1981). Atualmente, existe o projeto de monitoramento Global Media Monitoring Project (GMMP), que registra e analisa dados sobre notícias veiculadas na mídia no que diz respeito às questões de gênero. O relatório mais recente publicado sobre o Brasil é do ano de 2020. Por meio dessa pesquisa, fica registrado que a produção noticiosa, apesar de realizada quase que igualmente por profissionais homens e mulheres, é centrada em notícias sobre homens, com uma notável subrepresentação feminina como fontes e temas.

Na televisão, por exemplo, as mulheres são fontes das notícias apenas em 28% delas, enquanto os homens são 72% dessas representações. Nas notícias em que são ouvidas, 59% são centradas em suas experiências pessoais; somente em 24% elas aparecem como sujeitas das histórias, sendo retratadas com centralidade nas histórias veiculadas. São a maioria das vítimas citadas em notícias sobre violências, de cunho sexual, doméstica e assassinato.

Também foram mais citadas a partir de papéis familiares, sendo referidas a partir de seus vínculos como esposas, mães, filhas, por exemplo. As mulheres foram retratadas a partir de fotografias em 10% das histórias veiculadas sobre elas. Tais dados atestam que, sim, mulheres são menos vistas e representadas. Se temos esses dados alarmantes quanto à representação feminina, o que não dizer quanto à presença (no caso, ausência) de mulheres negras, lésbicas, bissexuais na mídia?

A produção noticiosa também é segmentada pelo gênero. Frequentemente, os especialistas escolhidos para abordar determinados assuntos, como política e economia, são homens. Nas histórias que traziam mulheres como sujeitas citadas anteriormente, 55% foram produzidas por repórteres mulheres, o que evidencia a importância das mulheres na escrita e produção de memória sobre mulheres.

Nas últimas décadas, as pesquisas científicas sobre estes temas têm se ampliado. Ruth Cássia dos Reis, Elen Cristina Geraldes e Daniela Zanetti (2022) analisaram 622 artigos apresentados nos congressos Intercom e Compós, entre os anos de 2000 e 2019, para compreender como as relações de gênero têm atravessado as pesquisas em Comunicação no que diz respeito às temáticas, metodologias e referenciais teóricos.

A partir da análise, a investigação problematiza um aspecto importante das pesquisas feitas sobre Comunicação e Relações de Gênero: os referenciais teóricos. Para Sara Ahmed (2022), as citações são construções de memória feminista, uma forma de reconhecer as mulheres que estiveram nas lutas antes de nós. Partimos desse pressuposto quando construímos, como referências no interior deste artigo, pensamentos, ações e reflexões baseados em autoras que tecem conhecimento a partir de suas lesbianidades, como Adrienne Rich, a própria Sara Ahmed, Gloria Anzaldúa, e integrantes do Grupo de Pesquisa Flores Raras: Camila Roseno, Fabiana Carlucci e as coautoras deste artigo Daniela Auad e Cláudia Lahni. Ahmed (2022) também utiliza como metáfora que as referências são como tijolos da morada epistemológica que construímos no interior dos nossos textos. No artigo supracitado, as autoras apresentam um grafo sobre os principais referenciais teóricos que fundamentam as discussões sobre gênero nos artigos analisados:

> Dessa forma, olhando para o centro do grafo, percebemos que alguns autores e autoras têm grande destaque e provavelmente cumprem a função de estabelecer rumos para um número considerável de artigos. Esses poucos autores e autoras são referências importantes e superam a

> tendência dispersiva apresentada no grafo como um todo. Os cinco mais centrais são duas mulheres – as filósofas Judith Butler (estadunidense) e Simone de Beauvoir (francesa) — e três homens — os franceses Pierre Bourdieu (sociólogo) e Michel Foucault (filósofo), e o britânico-jamaicano Stuart Hall (sociólogo) (Ruth Reis; Elen Geraldes e Daniela Zanetti, 2022, p. 17).

É possível constatar que prevalece a centralidade de autoras/es do hemisfério norte, em sua maioria homens, com notoriedade no século XX. As autoras feministas, latinoamericanas e contemporâneas se encontram excluídas ou diminuídas em importância nas pesquisas analisadas:

> Um novo olhar para o grafo permite-nos concluir que os autores e, sobretudo, autoras brasileiras, do campo da Comunicação, que servem como referências, ocupam posição de menos destaque. São menos lidas, menos citadas e acabam por contribuir menos para a análise de fenômenos e objetos da sociedade a qual pertencem (Reis; Geraldes e Zanetti, 2022, p. 20).

Há de se considerar que, tão importante quanto galgar espaços de representatividade nas mídias, abordando discursos contra hegemônicos na comunicação alternativa e independente, as pesquisas na área da Comunicação devem também reforçar estes objetivos ao buscarem fundamentar-se em autoras feministas contemporâneas que existem a partir de identidades dissidentes. Considerar perspectivas de mulheres racializadas e LBTQIA+ nas produções acadêmicas significa admitir e incorporar conhecimentos até então menosprezados pelo cânone científico, o que contribui para a construção de um contexto permeado por justiça acadêmica, epistêmica e científica (Daniela Auad; Fabiana Carlucci; Claudia Lahni, 2025).

Zines feministas

Zines (abreviação de fanzines – do inglês *fanatic magazines*, ou "revistas de fãs") são, em sua essência, publicações autorais, independentes, produzidas em pequenas tiragens que são vendidas ou trocadas por pessoas dentro de grupos sociais com interesses compartilhados. Podem abordar qualquer tipo de tema; mais comumente, contudo, dialogam com gostos de determinadas subculturas juvenis – como cinema, música, moda – e/ou com movimentos sociais populares, trazendo posicionamentos políticos de forma

mais direta em seus conteúdos temáticos. Tais conteúdos são construídos de maneira artesanal a partir de diferentes materialidades artísticas tradicionais –como colagens, desenhos e fotografias – misturadas às práticas de escrita com poesias, textos narrativos, informativos, crônicas, contos e poemas, por exemplo. Nesta perspectiva assumida por Juliana Assumpção (2024), os zines são uma materialidade literária e artística incorporada aos movimentos sociais como uma prática democrática, independente e auto sustentável de comunicação que viabiliza trocas materiais e simbólicas entre as pessoas que compõem aquele grupo social.

Nos zines, o protesto, o desabafo, a crítica, a expressão, a divulgação de estilos de vida e de trabalhos artísticos e a construção de utopias encontram terreno fértil para crescer. Nos zines feministas citados por Michelle Camargo (2011), isso ocorre de forma a se fazer uma contraposição aos discursos dominantes que determinam a suposta normatividade imposta às mulheres, os quais são contestados e transgredidos por mulheres punks feministas que não se veem representadas por tal ideal de feminilidade reforçado pelo patriarcado. De acordo com a autora, as mulheres do movimento *riot grrrl*, ou punk feministas, se apropriam da materialidade do zine como um veículo de comunicação de seus ideais, valores e estéticas, gerando interlocução e criação de redes de mulheres com posicionamentos semelhantes.

Essa perspectiva é corroborada e complementada por Juliana Assumpção (2024). Para ela, os zines podem ser perpassados ainda por questões interseccionais; ao articularem suas lutas a partir de seus próprios corpos na tessitura destas publicações, as mulheres tecem reflexões e críticas às estruturas patriarcais, intrinsecamente racistas e cisheteronormativas. Paula Guerra (2023), por sua vez, reflete que as mulheres posicionam suas existências e resistências a partir das produções manuais de zines, reinterpretam os espaços e comunicam a construção de novas reflexões sobre as estruturas sociais. Ressaltamos que o direito à comunicação perpassa atravessamentos interseccionais; Heliana Hemetério, militante negra e lésbica, em entrevista no dossiê Feminismos e lesbianidades em movimento: a visibilidade como lugar publicado na Revista Estudos Feministas e no livro Saberes docentes fora do armário (Auad; Lahni; Roseno, 2022) declara que percebe a área da Comunicação ainda como um lugar preconceituoso às mulheres lésbicas. A griô compartilha a percepção de um número

significativo de mulheres lésbicas na área, mas que ainda possuem dificuldades de reafirmação de suas identidades em razão da lesbofobia que consequentemente as impedem de plenamente se estabelecerem no campo.

Já Camila Olivia-Melo e Gabriela Gelain (2018), tendo em vista este potencial dos zines de articular ideias contra hegemônicas, definem essas publicações como uma forma de mídia radical:

> Acreditamos que os fanzines feministas, principalmente os vinculados ao punk, são uma forma de mídia radical, pois, para Downing (2004), a mídia radical tem o objetivo não apenas de mostrar ao público os fatos que lhe são negados, mas também de criar novas alternativas de pesquisar e desenvolver perspectivas de questionamento do processo hegemônico, fortalecendo, assim, o sentimento de confiança do público devido ao sentimento de mudança construtiva (Camila Olivia-Melo; Gabriela Gelain, 2018, p. 6).

Diante dessas perspectivas, podemos dizer que, a partir da produção de zines, as mulheres encontram maneiras de exercer autoria, de se expressarem simbólica e artisticamente, de comunicarem resistências e dissidências. Neste processo, elas constroem redes e grupos subversivos, questionam as estruturas patriarcais, racistas e cisheteronormativas, passam por processos de subjetivação e construção de utopias.

Na seção anterior do presente artigo, pontuamos que as mulheres feministas precisam, ainda hoje, encontrar brechas para construir espaços de comunicação contra hegemônicos e de identidades de resistência – e, nesta busca, frequentemente encontramos a mídia alternativa enquanto suporte viável. Conforme Karina Woitowicz:

> A história do feminismo está entrelaçada com a história da mídia alternativa, uma vez que as mulheres desde cedo perceberam a necessidade de se fazerem ouvir, apostando em um discurso combativo que assumiu, em alguns momentos, o duplo papel de denunciar e de mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e na conquista da cidadania (Woitowicz, 2012, p. 5).

Nestas frestas em que nos implicamos a agir, os zines aparecem como uma possibilidade de comunicação alternativa que busca contribuir para o empoderamento e consciência crítica das mulheres, a partir de um éthos próprio que envolve sua elaboração, produção e distribuição:

> [...] compreende-se a mídia alternativa a partir do seu caráter contra-hegemônico e dos parâmetros diferenciados dos meios tradicionais no que se refere às suas formas de produção, circulação e consumo, assumindo características próprias. Em outros termos, está se considerando como mídia alternativa a produção de grupos e movimentos sociais, que criam canais de resistência e promoção de lutas através dos seus espaços de comunicação, em diferentes suportes (Woitowicz, 2012, p. 6).

Desse debate, passamos a compreender os zines enquanto ferramentas potentes para exercício do direito à comunicação e autoria, e também enquanto suporte propício a expressões de posicionamentos e ideias contra hegemônicas — entre elas, as de caráter feminista. E é a partir dessa perspectiva, vislumbrando a potência dessas produções e diálogos, que concebemos a oficina de zines como encerramento ideal para a disciplina Educação, Comunicação e Feminismos e, em ação conjunta, para o primeiro ciclo do Projeto de Extensão Mulheres Públicas Mulheres Que Publicam (MPMQP), cujo principal objetivo consiste em visibilizar e empoderar mulheres a ocuparem o local de autoria e produção de conhecimento.

A oficina de produção de zines ocorreu no dia 12 de dezembro de 2024, consistindo em evento de encerramento da disciplina, ministrada pelas professoras Cláudia Lahni e Daniela Auad, e do primeiro ciclo do Projeto de Extensão MPMQP. Foi aberta ao público mediante a inscrição prévia, assim como todas as atividades do Projeto de Extensão, com o intuito de propiciar a participação da comunidade e acesso aos diálogos propostos.

Mediada pela então mestranda Stéfany Vitores, a oficina foi iniciada com um breve momento expositivo sobre fanzines feministas. Nele, foi apresentada a essência do embasamento teórico do presente artigo, de forma a conectar os debates propostos tanto em sala quanto nos encontros públicos do MPMQP à atividade.

Para oficina, foi proposto que os zines respondessem, a partir de uma perspectiva feminista, ao questionamento: “O que reverberou em mim ao término desta disciplina? Quais mobilizações e afetos foram construídos a partir do Projeto de Extensão Mulheres Públicas Mulheres Que Publicam?”. Tal abordagem foi possível tendo em vista que todas as oficineiras haviam participado previamente da disciplina ou de alguns dos encontros do projeto de extensão.

A propositura de produção dos zines sugeria a possibilidade de materializar as percepções e compreensões tecidas a partir dos diálogos trazidos na disciplina e no projeto. Partindo dela, as estudantes construíram seus zines com entusiasmo e afinco, utilizando colagens, desenhos e escritas para expressar suas percepções e reverberações notórias sobre os processos formativos atravessados.

Em círculo, criamos uma playlist colaborativa com uma sugestão de música por participante; compartilhamos materiais artísticos diversos trazidos por todas; trocamos sugestões de formatos e dobraduras para os zines. Sugerimos que a capa trouxesse informações como os nomes ou pseudônimos das autoras e da publicação. As práticas adotadas na mediação da oficina propunham o fortalecimento de um espaço integrativo e comunitário, onde fosse possível a criação de vínculos entre as mulheres ali presentes.

Para as participantes em geral, a oficina foi um momento rico de elaboração do vivido durante aquele semestre; e, para algumas, foi também uma rememoração da juventude e reelaboração da militância. Uma das discentes compartilhou suas vivências enquanto uma jovem feminista militante punk na periferia de São Paulo, que se reconheceu nas pesquisas de Michele Camargo (2011) citadas no início da oficina.

Outra estudante trouxe uma música de Maria Bethânia com o trecho "Eu não ando só", uma alusão à militância feminista da qual, como abordamos anteriormente, nos lembra do potencial de criação de vínculos entre mulheres através do continuum lésbico de Adrienne Rich (2010).

A Oficina também foi uma experiência significativa para participantes que compartilharam a escassez de momentos de expressão artística, de fluidez criativa e desaceleração do cotidiano intenso – muitas vezes precarizado – de docentes da educação básica. Assim, tais momentos podem ser pequenas ferramentas de resistência que proporcionam autocuidado e relaxamento para mulheres que enfrentam pesadas rotinas escolares.

Também destacamos o apontamento de Carolina Cadinelli, coautora deste trabalho e participante da oficina, sobre obras feministas e femininas. A estudante produziu o zine "I'm just a girl!" – em português: "sou só uma garota" – e questionou a validação do conteúdo feminista presente em publicações. O que faz um zine ser

considerado feminista? O conteúdo explicitamente teórico feminista? Ou simplesmente ser produzido por uma mulher feminista?

No que diz respeito ao jornalismo feminista, as reflexões de Juliana Silveira (2024) são pertinentes para construir esse debate. A autora define que:

> O jornalismo feminista se refere a um jornalismo feito por mulheres, a respeito delas e para elas, objetivando ser um espelho fiel delas e suas contradições, desejos, conquistas, questionamentos, problemas e lutas (FREITAS, 2017). Ou seja, não se trata apenas de meios de comunicação identificados com a causa feminista e das mulheres, mas sim que as representem e contemplem todos os seus aspectos (Silveira, 2024, p. 60).

Portanto, ainda que não haja a menção explícita às causas e temas das lutas feministas, os conteúdos enquanto uma expressão de vivências e experiências de ser mulher neste mundo revelam sua faceta feminista nas minúcias. Na discussão entre as participantes, chegamos também a esta percepção de forma conjunta.

Como destacamos anteriormente, Camila Olivia-Melo e Gabriela Cleveston-Gelain (2018) abordam a confecção de zines enquanto um processo de subjetivação e experiência para as mulheres que os produzem, percepção corroborada pelas participantes da oficina. O direito à autoria, sobretudo, foi abordado pela confecção dos zines, proporcionando a possibilidade de elaboração, escrita e editoração de textos feministas. Nesta ocasião, os zines foram assertivamente utilizados como ferramenta para o exercício do direito à comunicação. Buscamos, dessa forma, potencializar os feminismos e, em especial, o feminismo lésbico, enquanto teoria e prática em cada uma das participantes, a partir da ação delas mesmas.

Considerações Finais

Os zines podem ser uma potente ferramenta de comunicação democrática e acessível. Enquanto formato e suporte para expressar e veicular ideias, sua proposta de tecer publicações que independem da formação, experiência e validação externa os tornam uma alternativa notável no sentido do exercício do direito à comunicação. E, ainda, no âmbito das vivências femininas, viabilizam a ocorrência de processos de subjetivação e autonomia, de expressão simbólica e de transformação da realidade.

Todos estes elementos puderam ser observados ao longo da realização da oficina e nos zines produzidos pelas participantes. A dinâmica de criação individual em diálogo, estabelecida pela própria realização presencial da oficina, permitiu que cada participante se expressasse de forma autêntica e única – conforme podemos ver nos registros fotográficos –, a partir de referenciais compartilhados e de suas trajetórias enquanto mulheres de diferentes idades, etnias, origens, orientações sexuais e classes econômicas.

Na posição de idealizadoras e propositoras da oficina, buscamos integrar conhecimentos acadêmicos, militantes e orgânicos de maneira interdisciplinar, como a própria natureza do Grupo de Pesquisa Flores Raras, coordenado pelas professoras responsáveis pela disciplina e projeto de extensão abordados neste texto. Os conteúdos trabalhados na disciplina Educação, Comunicação e Feminismos (UFSCar) e os debates propostos pelo Projeto de Extensão Mulheres Públicas Mulheres Que Publicam confluíram na construção da oficina enquanto um processo formativo de experiência sensível e afetuosa, que buscou evidenciar o potencial do exercício da autoria para mulheres numa perspectiva feminista e, em especial, feminista lésbica.

Destacamos que a partir das lesbianidades se constroem saberes docentes e práticas de resistência na Educação que são incorporadas na tessitura das ações pedagógicas descritas neste artigo, direta e indiretamente, uma vez que compreendemos a partir de Daniela Auad, Cláudia Lahni e Camila Roseno (2022) que a artesania da docência se constitui com as subjetividades, sentimentos, desejos, insurgências e rebeldias que profundamente atravessam nossas existências enquanto mulheres lésbicas e bissexuais. Assim, reconhecemos e valorizamos os conhecimentos que se forjam à margem da heteronormatividade, e dessa forma atuam na possibilidade de justiça acadêmica,

epistêmica e científica dentro dos espaços educacionais, da educação básica ao ensino superior, em espaços formativos diversos.

Há, ainda, de se considerar o quão desafiador é sermos professoras, feministas, lésbicas e bissexuais, em variados contextos tão desiguais quanto produtivistas, com tantos elementos de degradação das condições de trabalho docente, nos diversos níveis e modalidades de ensino, quanto de desvalorização do trabalho que se coloca como artesanal, individualizado e, ironicamente, humano, pois não provindo das ditas inteligências artificiais. Tais fatores de desestímulo, desvalorização, isolamento, anonimato, bem como de perda de sentido e de esperança, se colocam em peso, diariamente, nas nossas reavaliações de investimento profissional, de engajamento pessoal e de criação de novos propósitos, para conseguirmos continuar como trabalhadoras, por um lado, mas também, por outro lado, como militantes, sabendo que há de se ter *fé na luta*, como denominou a cientista política e professora Maria Victoria Benevides (2009). É nesta necessidade de ressignificação da docência, como afeto e como luta, como realização e como projeto existencial, que a lesbianidade surge, seja como um saber docente, seja como parte integrante das identidades laboral e militante.

Nesse sentido, cabe, enfim, ressaltar, a importância de projetos de extensão como o Mulheres Públicas Mulheres Que Publicam por sua função primária de proporcionar oportunidades de integração entre a universidade e a comunidade, estabelecendo diálogos entre pesquisadoras e pessoas que se encontram fora da Universidade por motivos de exclusão simbólica ou material. Tomando o próprio MPMQP como exemplo, foi perceptível que o acesso a discussões sobre autoria e editoração feminina, sobre políticas de citação e sobre a escrita como possibilidade de cura, de vida e reparação afetaram o modo de produzir de cada uma das participantes da oficina. O contato com esses debates contribuiu para que cada uma das mulheres pudesse se sentir pertencente àquele espaço proposto e se expressar de forma genuína - o que se reflete nos zines confeccionados, onde é possível encontrarmos dúvidas e certezas, seguranças e vulnerabilidades, teorias e experiências, e muito, mas muito, afeto, seguramente verberados em outras tantas ações por todas as mulheres presentes.

Referências

AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, 2000.

ASSUMPÇÃO, Juliana Gama de Brito. Zines feministas de arte e poesia: experiências artísticas e inquietações de pesquisa. *Discursividades*, v. 16, n. 3, p. 1–30, jul./dez. 2024.

AUAD, Daniela; ROSENO, Camila. Professoras, feministas e lésbicas: Um continuum de saberes na educação básica Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.6, jun.2021.

AUAD, Daniela; CARLUCCI, Fabiana; LAHNI, Cláudia. Justiças epistêmica e científica: por teorias e metodologias feministas no Ensino Superior. *Revista Cocar*, Edição Especial, n. 36, p. 1–16, 2025.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia; ROSENO, Camila. *Saberes docentes fora do armário***:** Educação como território de resistência. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2022.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. Diversidade, direito à comunicação e alquimia das categorias sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. *Eptic*, v. 15, n. 3, p. 117–130, 2013.

BENEVIDES, Maria Victoria M. *Fé na luta*: a Comissão Justiça e Paz, ditadura e democratização no Brasil. São Paulo: Lettera, 2009.

CAMARGO, Michele Alcantara. "Manifeste-se, faça um zine!": uma etnografia sobre "zines de papel" feministas produzidos por minas do rock (São Paulo, 1996-2007). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, p. 155–186, 2011.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades do *XXVIII Encontro Anual da Compós*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

FALS BORDA, Orlando. *Ciencia Propia y Colonialismo Intelectual*. México: Editora Nuestro Tiempo, 1970.

FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. (Orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 226–229, 1997.

GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT (GMMP). Who makes the news? Global Media Monitoring Project 2020 Brasil National Report. [sem local]: World Association for Christian Communication (WACC), 2020.

GUERRA, Paula. Fanzines e (eco)feminismo: além da Fortaleza do Antropoceno e do Faloceno. *Arte & Ensaios*, v. 29, n. 45, p. 234–261, jan./jun. 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157–185.

LORDE, Audre. *Sou sua irmã*: escritos reunidos. São Paulo: Ubu editora, 2020.

OLIVIA-MELO, Camila; GELAIN, Gabriela. Zines do Oceano Atlântico: subjetivação e experiência em auto-publicações do Rio de Janeiro – Brasil. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto; *Working Papers IS-UP*, série 3, n. 65, 2018.

ONU MULHERES. Pesquisa Representa, da Aliança Sem Estereótipos, chega à 11ª onda e mostra estagnação a retrocesso nos índices de diversidade na publicidade. Brasília: ONU Mulheres, 2023. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/pesquisa-representa-da-alianca-sem-estereotipos-chega-a-11a-onda-e-mostra-estagnacao-a-retrocesso-nos-indices-de-diversidade-na-publicidade/. Acesso em: 4 fev. 2026.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. *Vozes e Diálogo*, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 193-204, jan./jun. 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. *Revista Bagoas*, n. 5, p. 17–44, 2010.

SCHERTEL MENDES, Laura; MATTIUZZO, Marcela. Discriminação algorítmica: conceito, fundamento legal e tipologia. *Direito Público*, v. 16, n. 90, 2019.

SILVEIRA, Fernanda Nunes da. Jornalismo independente feminista: mídias brasileiras. *Revista ALTERJOR*, São Paulo: Grupo de Estudos *Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)*, ano 14, v. 1, ed. 29, jan./jun. 2024.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista de Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 11–30, 2005.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. *Revista Ação Midiática*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2012.

WOITOWICZ, Karina Janz. Direito à comunicação e ativismo feminista: a construção de redes de mulheres na América Latina e o processo de apropriação tecnológica. *ALCEU: Revista de Comunicação, Cultura e Política*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 39, p. 62-74, jul./dez. 2019.

Recebido em abril de 2026.

Aprovado em julho de 2026.

Revista Diversidade e Educação